

Cyberativismo e Primavera Árabe: Um estudo sobre o uso da Internet no Egito para a construção da grande ruptura de 2011

Cyberativism and Arab Spring: A study on the use of the Internet in Egypt to build the big break in 2011

Helga Almeida¹

Resumo: Ao fazer uma análise *a posteriori* aos eventos que foram chamados de “Primavera Árabe” (2011) chama atenção, para qualquer observador mais atento, a centralidade do uso da Internet, principalmente das redes sociais (*Facebook* e *Twitter*), como ferramentas de articulação, mobilização e propagação de informações em tempo real. No caso egípcio, que será o foco desse estudo, não ocorreu diferente. De fato as mídias sociais foram ferramentas importantíssimas na construção do caminho para a grande ruptura de 2011. No entanto, para boa parte do mundo ocidental, os eventos de Primavera Árabe soaram como uma explosão repentina, movimento sem histórico de lutas e construção de mobilização. Essa interpretação não é de forma alguma correta. Perceber-se-á, neste artigo, que, as revoltas árabes foram construídas ao longo de décadas de movimentos, *online* e *offline*, da sociedade civil da região em busca de democracia, o que culminou, no caso do Egito, na queda do Presidente Mubarak.

Palavras-chave: Egito. Primavera Árabe. Internet.

Abstract: When making a *posteriori* analysis of the events that were called “Arab Spring” (2011), it draws the attention of any astute observer, the centrality of Internet use, specially of social of networks (*Facebook* and *Twitter*) as tools of articulation, mobilization and dissemination of information in real time. In the Egyptian case, which will be the focus of this study, it was no different. In fact social media tools were actually very important in the construction of the road to the big break in 2011. However, for the most part of the western world, the events of the Arab Spring sounded like a sudden explosion movement, without a history of

¹ Helga Almeida é doutoranda no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Email: helgaalmeida@gmail.com

struggle and construction of mobilization. This interpretation is not correct in anyway. It will be perceived in this article that the Arab uprisings have been built over decades of movements, online and offline, of the society from the region in search of democracy, which culminated in the case of Egypt, in the fall of President Mubarak.

Keywords: Egypt. Arab Spring. Internet.

Introdução

Parece ponto pacífico, quando se discute o regime anárquico internacional, ideia essa originada da perspectiva hobbesiana de formação do estado, que a solução mais plausível para a construção de uma governança eficaz do mundo seria através de regimes internacionais. Isso porque em um mundo anárquico, onde indivíduos racionais e auto-interessados quererão maximizar suas vontades, haverá sempre dilemas de ação coletiva (Olson, 1999). Assim, para que não se caia em um eterno “dilema do prisioneiro” de proporções, literalmente, mundiais, se faz importante a construção de uma governança global. Por governança global entende-se, um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos (Rosenau e Czempiel, 2000). Os regimes internacionais, que podem ser descritos como “princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos de decisão em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma determinada área das relações internacionais” (Krasner, 1983 *apud* Hasenclever, 1997, p.9, tradução minha²), fazem parte, portanto, do esforço de organização de uma governança global.

Este *paper* tem por objetivo discutir o regime internacional de cyberpolítica. E derivando-se deste assunto, mais especificamente, focar-se-á na discussão sobre o cyberativismo.

Talvez ainda seja um tanto quanto precoce discutir um regime de cyberpolítica, já que pouco ainda se regula no âmbito global. Além disso, no que tange

² Texto original: “implicit or explicit principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actors’ expectations converge in a given area of international relations”. (Krasner, 1983 *apud* Hasenclever, 1997, p.9)

aos assuntos relativos ao espaço cibernético, muito se discute sobre crimes e regulações que garantam a proteção dos estados e propriedades privadas, e pouco sobre a importância de se garantir o acesso às ferramentas da Internet para o pleno exercício da cidadania no mundo moderno. É exatamente este segundo ponto que interessa a este artigo, ao contrário de fazer uma abordagem em uma perspectiva negativa, aqui se discutirá a importância do cyberativismo para o fortalecimento da democracia, ou construção de um estado democrático e empoderamento cidadão, como se verá no caso do Egito.

A perspectiva a ser abordada neste artigo parece, dessa forma, ter a ver com a 2ª dimensão da democracia digital levantada por Wilson Gomes (2010) que se descreve, “a democracia digital não é toda e qualquer iniciativa digital relevante em um regime democrático, mas apenas aquelas voltadas para aumentar ou corrigir ou reforçar a democracia, em conformidade com modelos normativos” (Gomes, 2010, p. 2). Essa dimensão democrática, e que será chamada por Howard e Hussain (2013) de “4ª Onda de Democracia”, muito se aproxima, em suas devidas proporções, do que foi vivido recentemente no Egito em 2011.

O Egito de hoje passa por um momento complexo e não há modo de prever o que acontecerá no futuro. No entanto, independentemente do resultado porvindouro dos processos vividos pelo país, os grandes movimentos de protestos de 2011 marcarão a história mundial tanto por sua grandeza, onde reuniu milhões de cidadãos nas ruas com o objetivo de derrubar um ditador, quanto por sua capacidade de influenciar outros países a fazerem o mesmo e, ainda, por seu modo inovador de mobilizar a grande massa via Internet.

Bom, se em estados já democráticos os fluxos comunicativos, ou seja, o controle da mídia e da produção simbólica são fundamentais para “a capacidade de mobilização dos movimentos sociais para influenciar a opinião pública e pressionar o sistema político” (Pereira, 2011, p. 4), certamente, quando se trata de um estado ditatorial, o acesso à esses fluxos torna-se vital se for da vontade do povo que uma democracia seja fundada.

Os importantes eventos chamados de Primavera Árabe, e em especial o caso egípcio, no qual se aterá este *paper*, descreve bem como foram usadas as ferramentas disponíveis no espaço cibernético para a luta por um estado

democrático e que culminou na queda do Presidente Hosni Mubarak. Salienta-se aqui, portanto, como foi decisivo, no caso egípcio, o uso das mídias sociais para a organização do movimento da sociedade civil egípcia em 2011. É também importantíssimo que se sublinhe que a ajuda de diversos atores estrangeiros e transnacionais na conexão e disseminação de informações foi fundamental. Essas participações via Internet tornaram o movimento egípcio de alguma forma global, o que faz com que este, possivelmente, possa ser qualificado como parte do novíssimo regime de cyber-política.

Este artigo está organizado da seguinte forma, primeiramente será discutida a importância da ferramenta Internet para os movimentos sociais contemporâneos em sua generalidade e como essa forneceu novas possibilidades de dinâmica onde se pode interagir com mais rapidez, autonomia e independência nas trocas de informações. Logo depois, na segunda parte, já focando no que é o objeto desta pesquisa, discutir-se-á o caminho que os movimentos sociais egípcios percorreram, nos ambientes *online* e *offline*, antes do advento das novíssimas redes sociais (*Facebook e Twitter*). No ponto três a reflexão se encaminhará para a descrição da primavera egípcia e a centralidade das novas mídias para a organização do movimento. Por fim, concluir-se-á o artigo fazendo-se uma breve análise diagnóstica da importância dos movimentos sociais orgânicos no caso egípcio.

1. Internet como ferramenta para mudança

Pode-se datar o início de uma mudança global relacionada à formação de redes cibernéticas há 20 anos. O autor Manuel Castells (2005) levanta que a história da Internet tem em seu ponto de partida usuários únicos, estes eram os próprios produtores da tecnologia. Sabe-se, no entanto, que nem a Internet, nem outras tecnologias, são capazes por si mesmas de articularem uma nova organização ou nova lógica, somente a sociedade é capaz de dar significado aos recursos tecnológicos. Assim, se em um primeiro momento a Internet “[...] estava fechada no aparelho de segurança militar com o seu secretismo e projetos orientados para a obtenção de resultados imediatos” (Castells, 2004, p. 38),

limitada às grandes universidades e centros de estudos, foi a sociedade que lhe deu forma, de acordo com suas necessidades, valores e interesses, e só depois da atuação dos atores sociais houve a emergência de uma nova forma de organização social em redes.

O caminho percorrido pela Internet teve seu marco nos 1990 quando definitivamente estabeleceu-se como um “instrumento para a organização social, da ação coletiva e da construção de sentido” (Castells, 2004, p. 76) e possivelmente é deste ponto que se fundou também o regime internacional de cyber-política. Formou-se então a cultura da Internet, que surgiu da interação de quatro camadas: da cultura tecnomeritocrática, da cultura hacker, da cultura comunitária virtual e da cultura empresarial. O resultado foi:

[...] uma cultura construída sobre a crença tecnocrática no progresso humano através da tecnologia, praticada por comunidades de hackers que prosperam num ambiente de criatividade tecnológica livre e aberta, assente em redes virtuais, dedicadas a reinventar a sociedade, e materializada por empreendedores capitalistas na maneira como a nova economia opera (Castells, 2004, p. 83).

O resultado da utilização da Internet pela sociedade pode ser destacado como fundamental para os movimentos sociais contemporâneos, já que se tornou um meio essencial de comunicação e informação. Sabe-se que “o acesso à informação, à produção e distribuição são elementos-chave para se avaliar as relações de poder nas sociedades democráticas” (Pereira, 2011, p. 5) A Internet, dessa forma, como sublinha Marcus Abílio Pereira (2011), torna-se ferramenta central em um contexto em que se busca cada vez uma ampla liberdade de expressão, pluralidade de canais de informação e respectiva independência, acesso amplo de diferentes estratos sociais à informação e aos novos meios de comunicação, para exatamente a construção de relações de poder. Nesse sentido Castells coloca que:

A comunicação de valores e a mobilização em torno do sentido são fundamentais. Os movimentos culturais (entendidos como movimentos que têm como objetivo defender ou propor modos próprios de vida e sentido) constroem-se em torno de sistemas de comunicação – essencialmente a Internet e os meios de comunicação – porque esta é a principal via que estes movimentos encontram para chegar àquelas

pessoas que podem eventualmente partilhar os seus valores, e a partir daqui atuar na consciência da sociedade no seu conjunto (Castells, 2004, p. 170).

Parece que o advento cibernético veio oferecer ferramentas para o início da resolução de um problema que sempre pode ser percebido, o do não tratamento, feito pelos grandes conglomerados midiáticos, das novas temáticas inseridas na esfera pública pelos movimentos sociais (Pereira, 2011). Para a resolução deste imbróglio da “invisibilidade” das demandas dos movimentos sociais nas mídias de massa, a

[...] construção de *sites* oficiais das entidades, a existência de listas de discussão, blogs, twitters e de emails são elementos importantes para os movimentos sociais, de forma a se contraporem às percepções repassadas às esferas públicas pelas mídias tradicionais. (Pereira, 2011, p. 6).

A utilização dos novos canais forneceu, em alguma medida, independência e autonomia aos movimentos sociais e sociedade civil em geral. A Internet proveu aos movimentos sociais um espaço que permite que estes movimentos façam “um contraponto às visões externas construídas pela mídia impressa, televisiva e radiofônica” (Pereira, 2011, p. 6). Em um mundo em que “o poder exerce-se principalmente a partir da produção e difusão de códigos culturais e conteúdos de informação” (Castells, 2004), torna-se imprescindível que os movimentos sociais se distanciem da percepção construída pelos meios de comunicação de massa e criem espaços interativos próprios e que conduzam a novos padrões de reflexão. Enfim, num contexto em que a dimensão simbólica das lutas torna-se realmente importante, a produção de uma representação de seus próprios interesses é primordial para os movimentos sociais. Isto porque, é a informação que determina a configuração do mundo como ele é, e que define a parte que ele se abre para a alteridade. Por conseguinte, torna-se importante quais as informações são reportadas (Granjon, 2001).

Há alguns registros na literatura de movimentos populares que já se organizavam pela Internet nos anos 1990. Sidney Tarrow (2013) identifica o Movimento Zapatista Mexicano como um dos precursores. Esses usavam *websites* e listas de e-mails, desde 1994, operados principalmente por simpatizantes

estrangeiros, para difundir as mensagens na América do Norte e Europa. Zapatistas construíram um grande grupo de solidariedade transnacional em relação às suas causas que inspiraram muitos grupos indígenas da América Latina (Tarrow, 2013). Castells (2004), em sua discussão sobre os primeiros movimentos que usaram a Internet cita o movimento de Seattle de 1999, que ocorreu no momento da reunião da Organização Mundial do Comércio e teve como alvo do protesto a doutrina neoliberal. O movimento contou com cinquenta mil pessoas e semeou protestos semelhantes em outras 82 cidades espalhadas pelos EUA, Europa e América do Sul (Cardoso e Lamy, 2012). A Internet foi, neste caso, imprescindível para a transmissão e difusão global das informações, o que também poder-se-á ser observado mais a frente no caso do Egito, o resultado no movimento de Seattle foi o ganho de uma grande força global através da Internet que começou a pautar a mídia de massa e no fim implicou no cancelamento do evento.

Pode-se atentar, ao observar o espaço cibernético, que as novas tecnologias permitem a comunicação de muitos para muitos (enquanto rádio e televisão são tecnologias de transmissão de um para vários), isso reduz os custos de aquisição de informações e de criação e expressão de todos os tipos de opiniões, incluindo opiniões políticas (Fung, Gilman e Shkabatur, 2012). Além disso, diminuem os custos de mobilização, tornando a ação política barata, rápida e mais acessível, o que é muito relevante, já que, tradicionalmente movimentos sociais não possuem muitos recursos financeiros (Pereira, 2011). Os espaços pelos quais a Internet pode colaborar com o processo de mobilização social são inúmeros, os mais conhecidos são os boletins, e-mails, listas de discussão, *blogs*, *twitters* e *sites*, que também podem ser chamados de redes telemáticas.

Sobre a militância no âmbito da Internet pode-se dizer que ela não reinventa indivíduos muito participativos, atores ativos virtualmente são aqueles que já tem algum tipo de engajamento político e tem interesse pelo ativismo político. Ademais, são também estes indivíduos os mais ativos nas ações presenciais (Granjon, 2001; Pereira, 2011). Enfim,

As tecnologias de comunicação e informação favorecem a ação política nos casos em que os indivíduos já possuem o interesse pelas causas em

questão, dado que temos uma associação positiva entre pessoas mais bem informadas e participação política (Norris, 2002, p. 29).

O que se pode notar é que, antes da Internet, existiam poucos altos falantes e depois da Internet a esfera pública ficou um tanto quanto mais acessível (Fung, Gilman e Shkabatur, 2012) No entanto é preciso ponderar essa perspectiva, de acordo com pesquisas realizadas por Fung, Gilman e Shkabatur (2012), em democracias desenvolvidas a Internet não melhorou dramaticamente a qualidade da democracia tornando-a mais igualitária, isso porque se dá nesse caso o efeito “câmera de eco”, ou seja, as informações são repetidas pelos pares ideológicos e acaba que não há deliberação. Já em países não democráticos a esfera pública virtual é uma substituta funcional para a falta de uma esfera pública livre. Em sociedades não democráticas a esfera pública digitalizada será dramaticamente mais democrática, em termos de quem fala e o que dizem, que a esfera pública sem a Internet, muito porque será mais difícil que líderes autoritários controlem o conteúdo da Internet. Castells (2004) vai além e é radical ao dizer que,

[...] aos governos, interessa-lhes obstruir o acesso à informação, esquivando-se desta forma das possíveis críticas dos seus cidadãos. Utilizam a Internet, não para comunicarem abertamente com os seus cidadãos, fomentando a sua participação, mas para os vigiarem, usando a chamada política informacional, ou mediática, de um para muitos, que conduz à política do escândalo. Aos governos interessa o controlo do fluxo de informação e a Internet é um meio para exercer essa diplomacia dirigida às sociedades fazendo valer os interesses do Estado (Castells, 2004, p. 188).

Contudo, quando a Internet torna-se ferramenta nas mãos dos movimentos sociais transforma-se em alavanca de transformação social e espaço para que se revele a diversidade do descontentamento (Castells, 2004). Além disso, “a imediatividade, a capacidade de atingir indivíduos nos mais remotos locais e a construção de redes, fazem com que esta tecnologia seja particularmente útil no processo de mobilização para ações políticas” (Pereira, 2011, p. 14). A seguir poderá se examinar o caso do Egito e como os ativistas políticos conseguiram, a despeito de um governo ditatorial e controlador das diversas mídias, utilizar a Internet para causar uma grande ruptura no Governo de Mubarak.

2. Os movimentos sociais no Egito antes do Facebook

“A característica de renovação atribuída à primavera, estação que sucede o inverno e marca o início de um novo ciclo, fez com que os analistas chamassem de “primaveras” alguns dos mais importantes momentos de transformação política vividos pela sociedade”.

(Marques e Oliveira, 2013)

A denominada, Primavera Árabe, conjunto de movimentos que tentaram romper com o *status quo* no mundo árabe, tiveram seu início em 2010 na Tunísia. Seu marco iniciador se deu quando Mohamed Bouazizi, um jovem de 26 anos de idade, ateou fogo em seu próprio corpo como protesto por ter tido as mercadorias que vendia em seu “carrinho” de ambulante tomadas. Este evento foi, de fato, muito mais que um acontecimento isolado e consolidou-se como o estopim para uma insatisfação generalizada no mundo árabe. O efeito cascata provocou uma onda de protestos no Egito, Argélia, Iêmen, Líbia, Síria e Jordânia (Marques e Oliveira, 2013) e culminou na “queda” de quatro ditadores Zine el Abadine Bem Ali da Tunísia, Hosni Mubarak do Egito, Muammar Gaddafi da Líbia e Ali Abdullah Saleh do Iêmen (Howard e Hussain, 2013).

Para boa parte do mundo ocidental os eventos de Primavera Árabe soaram como uma explosão repentina, movimento sem histórico de lutas e construção de mobilização. Bem diferente disso, um estudo um pouco mais informado pode claramente distinguir o longo caminho que os movimentos sociais árabes trilharam para chegar ao ponto culminante da Primavera Árabe. O caso do Egito representa bem como os países árabes chegaram à comoção social de 2011.

Ainda em 1950, o Egito pós-golpe de Nasser protocolou um contrato social, entre Estado e cidadãos, que acordava que “o regime ofereceria ensino gratuito, emprego num setor público em expansão, assistência médica a preços acessíveis, habitação barata e outras formas de proteção social em troca de obediência” (Kandil, 2011, p. 155). Trocando em miúdos, a população abdicava de seus direitos políticos por seu bem-estar social. No entanto, já na década de 1980, esse contrato havia se desgastado por completo e não mais se ofereciam as benesses sociais prometidas pelo governo. “Nesse momento, o regime acreditava que havia

eliminado a resistência organizada de modo tão cabal que já não precisava pagar as tradicionais propinas sociais para garantir aquiescência política” (Kandil, 2012, p. 156). Após vários esquemas torpes com uma gama de capitalistas, o governo egípcio acabou por ver uma combinação de espoliação, por parte dos capitalistas privilegiados e de extorsivas imposições neoliberais à população (Kandil, 2012) Além do que, houve um aumento da repressão política empregada pelo regime. Ademais, no início da década de 1980 a função de repressão aos cidadãos politicamente organizados foi transferida do exército para a polícia, o que aumentou indiscriminadamente e brutalmente a perseguição aos egípcios. Em 1981, Hosni Mubarak, na época vice-presidente do Egito, foi eleito presidente após o atentado que matou o então presidente Anwar El Sadat. Mubarak governou o Egito durante 30 anos com mãos de ferro. Em 2011, depois de grandes manifestações populares e enfrentamentos entre sociedade civil e forças militares egípcias, renunciou ao cargo de presidente.

3. O Egito se organiza contra a ditadura

Os protestos organizados contra os abusos da Ditadura de Mubarak³ foram iniciados ainda em 2005 pelo grupo *Kefaya*, que significa literalmente a palavra inglesa “*Enough*” e pode ser traduzida como “Suficiente” em português. Este grupo, como levanta a autora Merlyna Lim (2012), havia sido fundado em 2004, às vésperas das eleições presidenciais e era composto por 300 intelectuais egípcios. Em 2005 e 2006 o *Kefaya*, já se utilizando da Internet para a mobilização de movimentos, conseguiu organizar protestos de rua no Cairo e em Alexandria. Este se configurou como o primeiro movimento anti-Mubarak na história egípcia. O *Kefaya* foi também o primeiro movimento de oposição suprapartidária. Sem sede física e sem lugar de encontro permanente, o *Kefaya* utilizava como forma de espalhar as notícias fóruns *online*. Suas atividades eram coordenadas por meio de seu *site* principal, *HarakaMasria.org* e através do *MisrDigital.com*, que sediou o primeiro jornal independente do Egito denominado “Egyptian Awareness”.

³ Hosni Mubarak governou o Egito de 14 de outubro de 1981 a 11 de fevereiro de 2011.

Com a sua mensagem simples, “Suficiente”, *Kefaya* foi capaz de mobilizar e abraçar diversos grupos, incluindo juízes, advogados, jornalistas, escritores, trabalhadores, agricultores, mulheres, jovens e até crianças. Ele uniu vários partidos políticos de várias formações ideológicas, incluindo islâmico (como a Irmandade Muçulmana), comunista, liberal e secular. Inspirados pela Revolução Laranja na Ucrânia, o movimento também era capaz de realizar manifestações de rua pacíficas que contrastava com o extremismo, que anteriormente dominava o rosto da política do Oriente Médio (Lim, 2012, p.236, tradução minha⁴).

Em 2005, as atividades passaram a acontecer no ambiente da *blogosfera*. Os *blogs* foram assim utilizados para ampliar e estender os modos convencionais de ação social. *Blogs* transformaram-se, portanto, em ferramentas para mobilizar protestos, para fornecer relatórios das ruas, que muitas vezes contrariavam as interpretações da *grande mídia* controlada pelo Estado. Assim, os *blogs* passaram a ter centralidade na organização das atividades e eram espaços em que se faziam campanhas, anúncios e relatos sobre os movimentos. Os protestos também eram agendados nos *blogs* e ao cabo estes serviram, inclusive, como local onde o círculo interno dos *blogueiros* ativistas do *Kefaya* deliberava livremente. “A simbiose entre *Kefaya* e a *blogosfera* havia criado uma nova forma de engajamento público que era tanto subversivo para o estado e quanto capacitante para o público” (Lim, 2012, p. 237, tradução minha⁵).

Sem dúvidas o *Kefaya* serviu de inspiração para os jovens cyberativistas que em 2008 tiveram acesso ao *Facebook* e *Twitter* para articular as movimentações. Inclusive, um dos grupos que participaram ativamente da “Revolta da Praça Tahrir” em 2011, o *April 6th Youth Movement*, foi composta em parte por *blogueiros* e ativistas do *Kefaya Youth for Change*, grupo este organizado para alcançar a geração mais jovem através da Internet e da cultura popular, e também

⁴ Texto original: “With its simple message, “enough,” Kefaya was able to mobilize and embrace diverse groups including judges, lawyers, journalists, writers, workers, farmers, women, the youth, and even children. It united several political parties from various ideological backgrounds, including Islamist (such as the Muslim Brotherhood), communist, liberal, and secularist. Inspired by the Orange Revolution in Ukraine, the movement was also able to carry peaceful street demonstrations that contrasted to the extremism that previously dominated the face of Middle East politics.” (LIM, 2012, p.236)

⁵ Texto original: “The symbiosis between Kefaya and the blogosphere ‘had created a new form of public engagement that was both subversive to the state and empowering to the public.” (LIM, 2012, p.237)

para conectar a sociedade egípcia que fazia o ativismo *online* com a que fazia ativismo de rua (Lim, 2012).

De modo geral, o sucesso do *Kefaya* também foi resultado do uso estratégico das tecnologias de informação e comunicação. Telefones celulares e Internet aumentaram a capacidade do movimento para coordenar as atividades e circular as informações, o que os tornou mais independentes da mídia de massa para atingir o grande público. O *Kefaya* forneceu o modelo importante de discordância à Mubarak, mas no final não conseguiu ir além de um grupo bastante pequeno de intelectuais, baseados em grande parte no Cairo. Entretanto, sua vanguarda e *savoir-faire* cibernético mudaram o modo de mobilização e organização dos movimentos egípcios.

A mobilização de movimentos egípcios pela Internet fortaleceu a ação política fora da Internet. Talvez se possa dizer que a partir do *Kefaya* o Egito ingressou na era do cyberativismo. Descrever-se-á melhor no próximo tópico a importância da Internet na articulação anterior aos eventos de 25 de Janeiro de 2011.

4. Primavera Egípcia e a 4ª Onda de Democracia: A internet como ferramenta central

É claramente perceptível que as mídias digitais mudaram as táticas dos movimentos pela democratização na Primavera Árabe e o modo como novas informações e as tecnologias de comunicação tornaram-se centrais para a organização dos protestos de rua. É claro que não há como saber se sem a Internet as revoluções árabes ainda assim aconteceriam, no entanto, e como levantam Howard e Hussain (2013), em momentos de crise, em que governos autoritários estão no comando, as mídias digitais foram capazes de criar novos espaços de comunicação em que havia rapidez na difusão das mensagens e uma ampla divulgação destas. Sendo que este último ponto é especialmente importante, ao passo que possibilitou a cascata de movimentos de rua onde várias organizações da sociedade civil dos países da região, após receberem informações dos movimentos iniciados na Tunísia, se organizaram também.

A Internet tem favorecido sobremaneira a criação de uma certa capilaridade entre os movimentos com diferentes áreas de atuação, fazendo com que haja um reconhecimento claro sobre o que os une e quais os adversários a serem conjuntamente combatidos. A criação de redes permite aos movimentos atuarem em diferentes níveis, articulando diferentes nós com sobreposições parciais e ligações múltiplas (Pereira 2004, p. 20).

Obviamente a apropriação da tecnologia cibernética pela população ativista teve sim precedentes, isso porque, os anos que antecederam a Primavera Árabe foram marcados pela difusão de mídias digitais na forma de telefones celulares, computadores pessoais e de variados *softwares* ao longo do tempo (Howard e Hussain, 2013).

Quando, por exemplo, o movimento *Kefaya* no Egito tornou-se inativo, seus *blogueiros* continuaram a se comunicar, deliberar e espalhar informações *online*. A repressão do Estado, no entanto, também passou para a *blogosfera*. *Blogueiros* que faziam parte do *Kefaya* e da Irmandade Muçulmana foram presos, agora não por seu ativismo de rua, mas pelo conteúdo de suas postagens nos *blogs*. A prisão de Kareem Amer, de 24 anos, em novembro de 2006, marcou o início do que foi denominado como “Guerra nos *blogs*”, sendo que em 2009 *blogueiros* egípcios constituíram o maior *cluster* único estrutural na *blogosfera* árabe. “Essa guerra ainda acendeu a resistência e ajudou a mudar as discussões na *blogosfera*, do discurso intelectual sobre democracia e direitos humanos de *Kefaya*, para um problema mais tangível, a tortura e abuso de cidadãos egípcios” (Lim, 2012, p. 239, tradução minha⁶).

Em 2008, pela primeira vez um grupo de oposição ao governo de Mubarak fez uso do *Facebook*, o *April 6th Youth*. O *April 6th Youth* tinha como membros jovens egípcios de diferentes orientações políticas e foi nomeado assim por ter organizado uma greve geral que em 6 de Abril de 2008.

O *April 6th* recorreu à estratégia da *Kefaya Youth for Change* de uso eficaz de *blogs*, *Flickr*, *YouTube*, *e-mails* e mensagens de texto (celular). Duas

⁶ Texto original: “This war further ignited the resistance and helped shift the discussions in the blogosphere from the intellectual discourse on democracy and human rights of Kefaya to a more tangible issue, the torture and abuse of Egyptian citizens”. (LIM, 2012, p.239)

ferramentas importantes também foram adicionadas para a difusão do movimento, o *Facebook* e o *Twitter* (Lim, 2012). Em 6 de Abril de 2008 houve uma grande greve no Egito, responsável por fechar as atividades diárias em várias partes do país, esta foi indubitavelmente bem sucedida em chamar a atenção nacional e internacional. As cyber-ações concomitantes às ações de rua foram cruciais para pressionar o Estado, isso porque a Internet permitiu a conexão entre pessoas em risco (as que foram às ruas) “e outros movimentos (nacionais ou transnacionais) chamando assim a atenção para a opinião pública mundial, ultrapassando as escalas local e nacional” (Pereira, 2011, p. 13).

No entanto, foi a prisão de um dos fundadores do *April 6th Youth Movement*, Esraa Abdel Fatah, uma jovem de 28 anos, que também trabalhava na Academia Egípcia pela Democracia (uma organização não governamental financiada pela fundação alemã Friedrich Naumann), por fazer ativismo na rede, que catapultou a adesão de milhares de novos membros para o movimento. A detenção chamou a atenção de alguns dos principais meios de comunicação egípcios e ajudou a popularizar o Grupo (Jelloun, 2011; Lim, 2012). Também ficou saliente o fato de que o governo egípcio estava sim, vigiando, investigando e espionando os cyberativistas.

É importante salientar neste ponto o modo como se desenvolveu a tentativa de vigilância de governos à Internet. A Internet, em seu início, tinha por objetivo ser lugar de liberdade de expressão, lugar em que as pessoas estariam protegidas pelo anonimato e em que a privacidade individual estaria protegida de governos. Contudo, como aponta Castells (2004), tecnologias de controle, de identificação (*passwords, cookies*), de vigilância (onde se intercepta mensagens) e de investigação, foram desenvolvidas por institutos tecnológicos, com o apoio dos governos, numa tentativa de não perderem parte de seu poder. O resultado foi a penetração de governos em um espaço que, *a priori* seria de liberdade, com o intuito de vigiar os cidadãos, usando muitas vezes como justificativa para legitimar, a afirmação de que estariam cumprindo seu papel de levar segurança à rede e de evitar grandes cyber-ataques que “estariam sempre em iminência de ocorrer”. O movimento de protesto pela morte de Esraa Abdel Fatah, em três

semanas resultou em 300 mortes, muitas delas tendo como assassinos membros do partido de Mubarak (Jelloun, 2011).

Sabe-se que a mobilização de internautas militantes ocasionais, divide-se em dois momentos: “primeiro, o convencimento da importância de tal temática e a construção de um consenso em torno dela; e segundo, a mobilização presencial (manifestações de rua, boicotes, etc) ou *online* (retransmissão de e-mails, assinaturas virtuais, desobediência civil eletrônica)” (Pereira, 2011, p. 17). Em 2008 no Egito o segundo momento não chegou a ocorrer. Destarte, muitos jovens egípcios se juntaram ao movimento não por interesses políticos, mas porque estavam curiosos ou porque os amigos lhe pediram para participar. Outros se juntaram simplesmente porque dar “*like*” era fácil. A consequência foi que a forte presença *online*, não se traduziu em ação política *offline*. Merlyna Lim (2012) sublinha inclusive que o *April 6th Youth Movement* não conseguiu oferecer uma narrativa unificadora política e também não conseguiu chegar a um público além da sua página do *Facebook*. Mesmo diante do “fracasso” em levar os militantes para as ruas, mais uma vez os movimentos sociais egípcios ganhavam expertise em cyberativismo. O *April 6th Youth* havia construído novas táticas de ativismo no Egito e, assim, contribuiu imensamente para o futuro do ativismo digital, particularmente na revolta de 2011, que estava apenas a alguns meses de distância (Lim, 2012). O *April 6th Youth Movement*, principalmente através do *Facebook*, transformou o movimento de oposição em um espaço inclusivo e participativo.

5. A quebra

As mídias sociais foram de extrema importância na Primavera Egípcia, seu papel como ferramenta central de mobilização e disseminação das informações, demandas e eventos, deve ser reconhecido. Também seu papel como construtora de núcleos com laços fortes, mobilizando indivíduos inicialmente fracamente ligados foi importantíssimo. No entanto, deve-se chamar atenção igualmente para conjunção de fatores estruturais que ocorriam, e que propiciaram um “alinhamento especial de planetas”, tornando a revolução algo inevitável.

De longa data havia queixas dos egípcios contra o governo corrupto e opressivo de Hosni Mubarak, também se podiam observar crescentes desigualdades, alto desemprego da população, aumento do custo de vida, corte de alguns direitos políticos e liberdades civis e inflação em execução de mais de 10% (Lim, 2012).

Outro ponto importante, levantado por estudos sobre movimentos sociais, mostra que a “disponibilidade biográfica” é um fator crucial para explicar a variação na mobilização de indivíduos (Tindall e Bates, 1998; Lim, 2012). Disponibilidade biográfica pode ser definida como “[...]a ausência de restrições pessoais que podem aumentar os custos e riscos da participação do movimento, tais como o emprego a tempo inteiro, o casamento e as responsabilidades familiares” (McAdam, 1986, p. 70 *apud* Lim, 2012, p. 235, tradução minha⁷). No Egito de 2011 pode-se observar a existência de uma alta disponibilidade biográfica para a mobilização social.

Com uma população de 81 milhões, o Egito é o país mais populoso do Oriente Médio. Os jovens com idades entre 15-29 formam um terço da população total do país, cerca de 23 milhões. Este grupo etário cresceu significativamente em tamanho entre 1988-2011 e agora exerce enormes pressões sobre o mercado de trabalho. O desemprego entre os jovens aumentou, chegando a 24% até Dezembro de 2010 (World Bank, 2010). O desemprego foi maior entre graduados universitários (World Bank, 2008). Cerca de 45% da população do Egito vive em áreas urbanas, com mais de 7 milhões em Cairo adequada e 19,6 milhões na Grande Cairo, tornando-se a terceira maior área urbana do mundo islâmico depois de Jacarta e Grande Istambul (Cidade da População, 2011; Demographia, 2011). Quase três quintos da população do Cairo tem menos de 30 anos de idade e a taxa de desemprego entre os jovens da cidade é maior do que a taxa nacional (Lim, 2011, p. 235, tradução minha⁸).

⁷ Texto original: “[...]The absence of personal constraints that may increase the costs and risks of movement participation, such as full-time employment, marriage, and family responsibilities” (McAdam, 1986, p. 70 *apud* Lim, 2012, p.235).

⁸ Texto original: “With a population of 81 million, Egypt is the most populous country in the Middle East. Young people aged 15–29 make up one-third of the country’s total population, about 23 million. This age group grew significantly in size from 1988 to 2011 and now exerts huge pressures on the labor market. Unemployment among the youth soared, reaching 24% by December 2010 (World Bank, 2010). Unemployment was greatest among university graduates (World Bank, 2008). About 45% of the population of Egypt lives in urban areas, with over 7 million in Cairo proper and 19.6 million in Greater Cairo, making it the third largest urban area in the Islamic world after Jakarta and Greater Istanbul (City Population, 2011; Demographia, 2011). Nearly three-fifths of the Cairo population is under 30 years old and unemployment rate among the youth in this city is higher than the national rate” (Lim, 2011, p. 235).

A gota d'água que originou os grandes movimentos de 2011 aconteceu em 25 de Janeiro de 2010. Khaled Said, um jovem egípcio de classe média, foi apreendido pela polícia egípcia em um cyber-café em Alexandria e espancado até a morte na rua. A polícia inicialmente havia alegado que Khaled Said estava envolvido no tráfico de drogas e que sua morte estava relacionada às drogas, no entanto fontes online levantaram uma versão diferente da história. Said havia sido alvo porque supostamente teria em sua posse vídeos que mostrariam policiais repartindo despojos de uma apreensão de drogas (Chick, 2010). Neste momento o *Facebook* já havia ganhado sua versão em árabe (2009), o que aumentou o número de usuários de 900 mil em 2009, para impressionantes 5 milhões no fim de 2010. (Lim, 2012) As mídias digitais, foram, dessa forma, as ferramentas usadas para espalhar as imagens das lesões faciais feitas pelos policiais em Khaled Said.

Os protestos que derrubaram Mubarak utilizaram-se muito das redes sociais *Twitter* e *Facebook*. A importância desses novos *feeds* foi cabal já que, pelo controle de informações que havia no país, em muitas ocasiões esses complementaram, ou até substituíram, o jornalismo *mainstream*.

Especificamente, o *Twitter* funciona melhor onde as mídias tradicionais não conseguem acompanhar com a rapidez necessária a história que acontece. A transformação de eventos em histórias no *Twitter* se dá de forma colaborativa e através da acumulação, onde notícias são transmitidas instantaneamente e se desenvolvem organicamente. Os fluxos de notícias do *Twitter* misturam valores tradicionais de notícias com valores específicos da plataforma. No *Twitter* priorizam-se eventos de maior escala, em locais próximos, com a intenção de proporcionar clareza e precisão e eventos recentes. Peculiarmente, no caso do Egito, se deu a tendência de que protestos em cidades periféricas ou distantes do Cairo não fossem negligenciados (Papacharissi e Oliveira, 2012). A morte de Khaled Said, no caso egípcio, foi um atalho, de acordo com Joseph Stiglitz (2012), para a mais surpreendente de todas as revoltas da Primavera Árabe de 2011: a revolução egípcia. *#Jan25 #Tharir* e *#KhaledSaid* foram *hashtags* usadas ao longo de todo o processo em 2011 no *Twitter*.

Focando nas *hashtags* produzidas pelo *Twitter*, estas misturaram fatos com opiniões e objetividade com subjetividade. De acordo com a pesquisa feita pelas

autoras Zizi Papacharissi e Maria de Fátima Oliveira (2012), as palavras mais influentes nos eventos da Primavera Egípcia no período de 25 de Janeiro de 2011⁹ a 25 de fevereiro de 2011, foram: *#Egypt, Egypt* e *#Lybia*¹⁰. Com uma influência um pouco menor estavam as palavras e hashtags: *mubarak, egyptian, revolution, people, ", #tahrir, #mubarak* e *protest*. O *Twitter* passou a ser o primeiro a noticiar e criou níveis complexos de rede e difusão. *Tweets* importantes e populares foram reproduzidos e endossados, envolvendo dessa forma o leitor não tanto cognitivamente, como apontaram Papacharissi e Oliveira (2012), mas principalmente emocionalmente.

Os autores Zeynep Tufekci e Christopher Wilson (2012) entrevistaram 1200 pessoas¹¹ que participaram dos protestos na Praça Tahrir, as perguntas centrais perpassavam pelos seguintes pontos: Será que as mídias sociais influenciaram na forma como os ativistas aprenderam sobre os protestos, como eles planejaram o seu envolvimento e como eles documentaram o seu envolvimento. Alguns resultados importantes foram obtidos. Na *Tabela 1* pode-se observar que 80% dos participantes tinham Internet em casa, por exemplo.

Tabela 1. Características da amostra

	Homens (n = 792)	Mulheres (n = 258)	Total (N = 1050)
Média de idade	29,1	26,6	28,5
Média de educação	5,1	5,6	5,3
Porcentagem com Internet em casa	77	90	80
Porcentagem com Internet no celular	50	57	52
Porcentagem presente no primeiro dia dos protestos	38	33	36
Porcentagem de quem havia participado de protestos anteriormente	34	33	34

Nota: Pontuações de educação variaram de 1 (sem educação) a 7 (pós-graduação).

Fonte: Tradução minha de Tufekci e Wilson, 2012, p. 369.

⁹ O dia 25 de Janeiro de 2011 foi escolhido para ser o dia dos protestos anuais por ser o “Dia Nacional da Polícia” no Egito.

¹⁰ “Referências também foram feitas para revoltas em estados vizinhos, como a Líbia, e a reação às revoltas de potenciais parceiros estratégicos, como os Estados Unidos” (Papacharissi e Oliveira, 2012, p. 272).

¹¹ 1050 entrevistas foram válidas.

Dentre os ativistas que participaram dos protestos da Praça Tahrir 82% utilizaram telefones pra se comunicarem sobre os protestos; 51% utilizaram o *Facebook* e 16% utilizaram o *Twitter* (Tabela 2).

Tabela 2. Porcentagem de protestantes usuários das diferentes mídias por finalidade e gênero

	Uso geral			Para a comunicação sobre protestos		
	Homem (n=792)	Mulher (n=258)	Total (N=1050)	Homem (n=792)	Mulher (n=258)	Total (N=1050)
Blog	14	18	15	10	16	12
E-mail	83	85	83	25	33	27
Facebook	49	60	52	48	60	51
Telefone	92	93	92	80	87	82
Material impresso	64	59	63	59	52	58
Satélite de TV	93	94	94	92	93	92
Mensagem de texto	61	67	62	46	49	46
Twitter	15	20	16	11	19	13

Fonte: Tradução minha de Tufekci e Wilson, 2012, p. 370.

Os autores Tufekci e Wilson (2012) usaram diversos modelos estatísticos para analisar o uso das mídias sociais no Egito em 2011 e concluíram que principalmente *Facebook* e *Twitter* tiveram nos protestos um papel central na renúncia do presidente egípcio Mubarak em Fevereiro de 2011. O *Facebook* foi usado principalmente para divulgar fotos e vídeos. Já o *Twitter*, junto com *blogs*, foi utilizado pelos manifestantes para se comunicarem sobre as manifestações.

Lim (2012), além disso, sublinha que antes do “25 de Janeiro” os esforços de mobilização foram orientados para alcançar egípcios através de mensagens de texto e meios *offline*, como folhetos, panfletos e conversa boca-a-boca.

No Egito, os táxis e cafés do Cairo desempenharam um papel significativo na divulgação de informações sobre os protestos da Praça Tahrir. Estavam juntos mesquitas e campos de futebol. Esses nós da rede chegaram a muitas pessoas, tanto no centro quanto na periferia das áreas urbanas. A resistência política desenvolvida por um pequeno grupo de jovens ativistas, as elites de mídia social, foi assim divulgado para uma sociedade urbana mais ampla através de redes informais (Lim, 2012, p. 243, tradução minha¹²).

¹² Texto original: “In Egypt, the cabs and coffee shops of Cairo played a significant role disseminating information about the Tahrir protests. Along mosques and soccer fields, these network nodes reached many people both at the center and the fringes of urban areas. The political

Assim, em 25 de Janeiro de 2011, quando as grandes manifestações iniciaram-se, a rede de oposição à Mubarak era grande o suficiente, o repertório de demandas havia sido unificado e a conexão entre o ativismo *online* e as ruas do Cairo havia sido estabelecida. O primeiro dia atraiu uma multidão de 80.000 mil pessoas. Os telefones celulares e os meios de comunicação mais tradicionais foram amplamente utilizados para comunicar e coordenar protestos. Líderes ativistas e participantes utilizaram o *Twitter*, *feeds* da *Al Jazeera* nas mídias sociais e os *sites* interativos da *CNN* e da *BBC*, além de se fazerem presentes na Praça Tahrir para uma audiência global. Eles globalizaram o movimento que ganhou o apoio internacional para proteger e sustentar a revolta. Mídias sociais, especialmente *Twitter* e *Facebook*, permitiram uma audiência mundial. Quando o governo fechou temporariamente a Internet, o efeito foi inflamar ainda mais resistência, nacional e internacionalmente. (Lim, 2012) Em 11 de Fevereiro de 2011 Mubarak renunciou ao governo.

Conclusão

Enfim, é uma simplificação descabida enquadrar a “Primavera Egípcia” como uma revolução do *Twitter* ou do *Facebook*. Isso porque as revoltas árabes foram construídas em anos de movimentos, *online* e *offline*, da sociedade civil da região, como pode ser lido neste artigo. O que deve ficar entendido é que redes sociais não roubam o papel das lideranças nos movimentos sociais, ou das manifestações orgânicas (aquelas nascidas nas ruas), na verdade a Internet somente impulsiona outros atores a participarem da discussão. As mídias sociais forneceram, no caso do Egito, a estrutura para que as ideias democráticas fossem difundidas e escoadas para a população com maior facilidade. A independência perante as mídias tradicionais, TV e rádio, foi também crucial já que estas reportavam somente o parecer “oficial” construído pelo governo de Mubarak. O uso das mídias sociais também foi fundamental para que a comunidade

resistance developed by a small group of young activists, the social media elites, was thus disseminated to a wider urban society through informal networks.” (Lim, 2012, p. 243)

internacional tomasse conhecimento dos acontecimentos e, portanto, ampliasse-se a rede de apoio e provimento ao movimento.

Neste momento não se pode prever o futuro do Egito, no entanto o modo como a sociedade civil se mobilizou, até que o ditador Mubarak renunciasse o poder, ficará marcado nas linhas da história.

Bibliografia

CASTELLS, M. 2004. *A Galáxia Internet: Reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, M. (2005). “A sociedade em rede: do conhecimento à política”. In M. Castells & G. Cardoso (org.), *A sociedade em rede: do conhecimento à acção política*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 17-30.

CARDOSO, G. e L, Cláudia. (2012). “Redes sociais: Comunicação e mudança”. *JANUS.NET, E-journal of International Relations*, v. 2, n.º 1.

CHICK, K. (2010, June 24). “Egypt’s denial of police brutality in Khalid Said death spurs fresh protest”. *The Christian Science Monitor*. Disponível em: <http://www.csmonitor.com/World/Middle-East/2010/0624/Egypt-s-denial-of-police-brutality-in-Khalid-Said-death-spurs-fresh-protest> Acesso em: 20/06/2013

FUNG, A., RUSSON GILMAN, H., and SHKABATUR, J. (2013). “Six Models for the Internet + Politics”. *International Studies Review*, .15, v. 1, pp. 30-47. Disponível em: <http://archonfung.net/docs/articles/2012/SixModels6.pdf>

GRANJON, F. (2001). *L’internet militant – mouvement social et usages des réseaux télématiques*. Paris: Éditions Apogée.

GOMES, W. (2010) “Democracia digital: Que democracia?” In: MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. (org.). *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, p. 241-259.

HASENCLEVER, MAYER, and RITTBERGER. (1997). “Theories of international regimes”. *Cambridge studies in international relations*, n. 55, New York: Cambridge University Press.

HOWARD, P. e HUSSAIN, M. (2013). “Democracy’s fourth wave? Digital Media and the Arab Spring”. *Oxford Studies in Digital Politics*. Series editor: Andrew Chadwick, Royal Holloway, University of London. Oxford University.

JELLON, T. B. (2011). *L'étincelle. Révoltes dans les pays arabes*. Collection: Hors Série Connaissance.

KANDIL, H. (2011). "ENTREVISTA - A revolta no Egito". *Novos estud. - CEBRAP*[online], n.91, pp. 155-193. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002011000300009>. Publicada originalmente na *New Left Review*, n. 68, maio-abr. 2011, pp. 17-55.

KRASNER, S. D. (1983). "*Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables*". In: Krasner, S. D. (org.), *International Regimes*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

LIM, M. (2012). "Clicks, Cabs, and Coffee Houses: Social Media and Oppositional Movements in Egypt, 2004-2011". *Journal of Communication*, v 62, pp. 231-248.

MARQUES, T. e OLIVEIRA, A. (2013). "De Praga Ao Mundo Árabe: Uma Análise Comparada De Primaveras Políticas". *Revista Conjuntura Austral*, v.4, n.17, pp. 115-129.

McADAM, D. (1986). "Recruitment to high-risk activism: The case of Freedom Summer". *The American Journal of Sociology*, v. 1, n. 92, pp. 64-90.

NORRIS, P. (2003). "Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites". *Party Politics*, v.9, n.1, pp. 21-45.

OLSON, M. (1999). *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP.

PAPACHARISSI, Z. e OLIVEIRA, M. de F.. (2012). "Affective News and Networked Publics: The Rhythms of News Storytelling of #Egypt". *Journal of Communication*, v. 62, pp. 266-282.

PEREIRA, M. A. (2011) "Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital". In: *Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. IV ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, Rio de Janeiro.

ROSENAU, J.; CZEMPIEL, O. (2000). *Governança sem Governo*. Brasília: EdUnB.

STIGLITZ, J. E. (2012). *Overview in From Cairo to Wall Street. Voices from the Global Spring*. New Press.

TARROW, S. G. (2013). "The Language of Contention. Revolutions in Words, 1688-2012" . *Cambridge Studies in Contentious Politics*. Cambridge University Press.

TINDALL, D. B., e BATES, K. (1998). "Youth activism and old trees: A study of youth participation in the Vancouver Island Wilderness Preservation Movement". Paper presented at the American Sociological Association 93rd Annual Meeting, San Francisco, CA.

TUFEKCI, Z. e WILSON, C. (2012). *“Social Media and the Decision to Participate in Political Protest: Observations From Tahrir Square”*. *Journal of Communication*, v. 62, pp. 363–379.